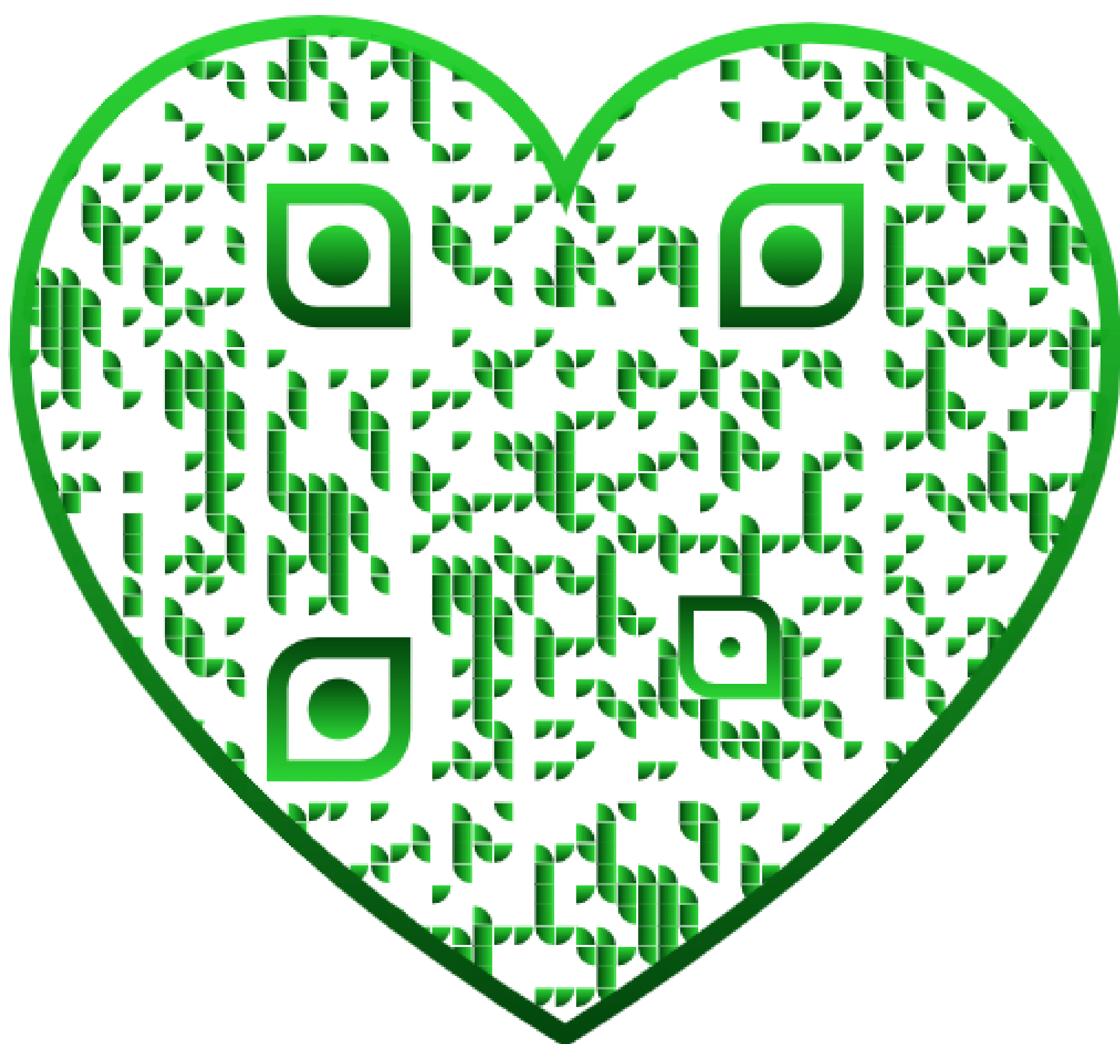


TRILHA DO CONCURSEIRO

Polícia Federal

Atualidades







TRILHA DO CONCUREIRO

ADQUIRA O MATERIAL COMPLETO CLICANDO ABAIXO





R RESTRICTED
TRILHA DO CONCURSEIRO ®



TRILHA DO CONCUREIRO

APROVADO

GRUPO CORREIO

CLIQUE AQUI

APROVADO

APROVADO

GRUPO TODOS OS CONCURSOS

CLIQUE AQUI

APROVADO

APROVADO

GRUPO CARREIRAS BANCARIAS

CLIQUE AQUI

APROVADO

R RESTRICTED



TRILHA DO CONCURSEIRO ®

Índice

1) Violência e Segurança Pública 3

2) Educação Brasileira 15



ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO

https://t.me/cursosparaconcurso







Violência e Segurança Pública

O Brasil é o país onde anualmente ocorre o maior número de homicídios no mundo. Conforme o Estudo Global sobre Homicídios 2023, elaborado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, na sigla em inglês), divulgado em outubro de 2023, ocorreram 457.945 homicídios no mundo em 2021, sendo 47.722 assassinatos no Brasil, 10,4% do total mundial.

Para além dos números totais, a **taxa de homicídios por 100 mil habitantes** é um indicador melhor para comparações entre locais porque normalizam os dados, levando em conta a população de cada local. Isso permite avaliar o impacto proporcional de um evento ou fenômeno, independentemente do tamanho da população, tornando as comparações mais justas e significativas.

Quando se leva em conta a taxa de homicídios, o Brasil fica na 11ª posição no ranking global, com 22,38 homicídios a cada 100 mil habitantes - quase quatro vezes mais do que a média global de 5,8 por 100 mil habitantes.

O Brasil é considerado um país onde a violência é muito alta, posicionando-se entre os países do mundo com maiores taxas de assassinatos absolutos e maiores taxas de homicídios por 100 mil habitantes. Para analisar a situação da violência e segurança pública nacional, o principal fornecedor de dados, estatísticas e análises é o **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Esse documento é publicado anualmente e traz dados relativos ao ano anterior.

De acordo com o 17° Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2023, o Brasil registrou **47.398 assassinatos em 2022**, o que representou uma redução de 2,4% em relação a 2021. Os dados consideram os homicídios dolosos, os latrocínios, as lesões corporais seguidas de mortes e as mortes decorrentes de intervenção policial. **A taxa de homicídios para 100 mil habitantes foi de 23,4 em 2022**. Ambos dados podem aparecer também com o nome de **mortes violentas intencionais (MVI).**



Homicídios em 2022: **47.398**
Homicídios por 100 mil habitantes em 2022: **23,4**

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), **qualquer taxa acima de dez homicídios por 100 mil habitantes ao ano já é considerada uma situação de violência epidêmica** e, portanto, inaceitável. Ou seja, vive-se em uma epidemia de violência no Brasil.

Taxas por 100 mil habitantes são melhores para comparações entre locais porque normalizam os dados, levando em conta a população de cada local. Isso permite avaliar o impacto proporcional de um evento ou fenômeno, independentemente do tamanho da população, tornando as comparações mais justas e significativas. Por isso, quando fazemos comparações entre estados ou países, utilizamos esse indicador.


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso




Em 2022, entre os estados brasileiros, as maiores taxas foram no **Amapá (50,6), Bahia (47,1) e Amazonas (38,8)**. Já as menores taxas foram em **São Paulo (8,4), Santa Catarina (9,1) e Distrito Federal (11,3)**.

MAIORES TAXAS		MENORES TAXAS	
AP	50,6	SP	8,4
BA	47,1	SC	9,1
AM	38,8	DF	11,3



Fonte: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf

Quanto ao perfil das vítimas, verifica-se que a maior parte é negra, do sexo masculino e jovem (situados na faixa etária de 12 a 29 anos).

AS VÍTIMAS



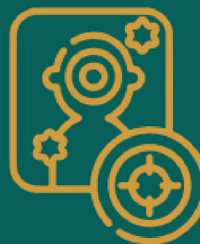
76,9% Negras



50,2% Entre 12 e 29 anos



91,4% Sexo Masculino



Fonte: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf

Apesar de ainda ser um número altíssimo para os padrões internacionais, as **mortes violentas no Brasil atingiram seu menor número em 12 anos**. Veja no gráfico abaixo:



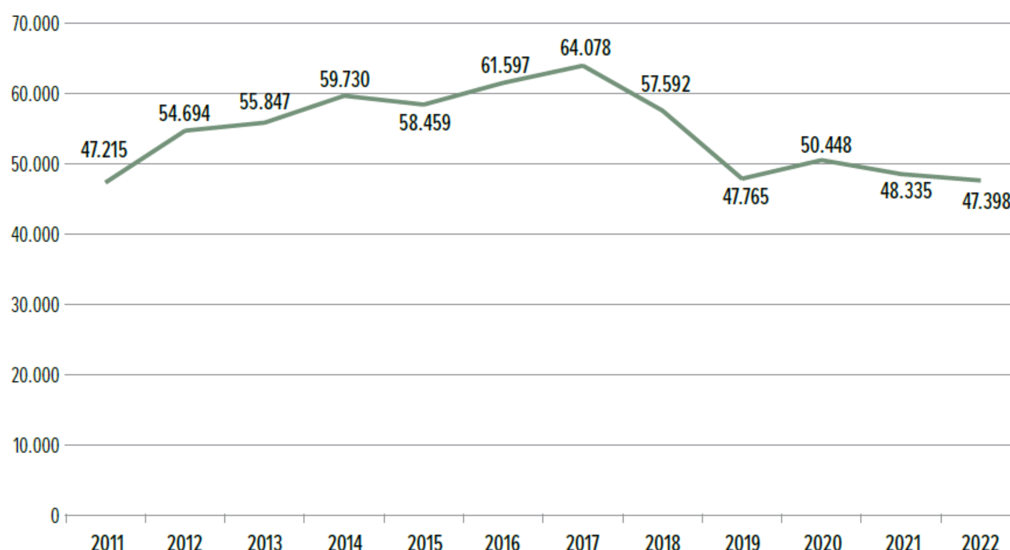
ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO

https://t.me/cursosparaconcurso





APONTE SUA CAMERA



A análise do gráfico mostra que o pico de violência letal se deu em 2017, quando o país registrou 30,9 mortes violentas intencionais para cada 100 mil habitantes. A partir de 2018 iniciou-se uma tendência de queda nos índices de mortes.

O que explica a queda das MVIs nos últimos anos?

O Anuário destaca como fatores para a redução das mortes violentas intencionais **1) as mudanças demográficas**; **2) as políticas locais (estaduais) de prevenção à violência** e **3) as ações do crime organizado**.

Nas últimas décadas, o Brasil passou por um envelhecimento populacional, com redução do número de jovens, normalmente mais envolvidos com a violência letal.

Os programas locais de redução de homicídios, pautados na focalização de ações nos territórios, também ajudaram a diminuir a violência. Além disso, houve investimentos significativos na modernização da gestão das polícias e a adoção de novas tecnologias e sistemas de inteligência. Na atualidade, as polícias brasileiras são muito mais preparadas do que no início dos anos 2000.

Por fim, os violentos conflitos entre as principais facções criminosas do país, especialmente o PCC e o Comando Vermelho, arrefeceram após seu ápice em 2017. Em alguns territórios, porém, como o Amazonas, onde as mortes violentas intencionais cresceram, as guerras entre os grupos criminosos se acirraram. Não fosse a manutenção do conflito na Amazônia, a queda nacional das mortes violentas poderia ter sido maior.


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso




A questão racial

Outro dado que vem sendo objeto de análise ao longo dos anos é o **aumento da taxa de homicídios de negros e a queda da taxa de homicídios entre não negros.** Conforme o Atlas da Violência 2020, entre 2008 e 2018, a taxa de homicídios entre os negros (pretos e pardos), cresceu 11,5%, enquanto a taxa para não negros (inclui brancos, amarelos e índios) teve uma redução de 12,9%.

Conforme o IBGE, os negros correspondem a 53% da população brasileira (PNAD/2015). Porém, como vimos, mais de 70% dos homicídios no Brasil são de negros, taxa que cresceu ao longo dos últimos anos, enquanto a taxa de homicídios de não negros teve redução. Esses dados fazem com que pesquisadores e entidades de direitos humanos afirmem que há um componente de exclusão na questão da violência no Brasil.

Os custos da violência

Segundo o economista Daniel Cerqueira, do IPEA, o Brasil perde algo em torno de 6% do PIB a cada ano em face do crime e da violência letal. São custos que estão relacionados às despesas de manutenção do aparato de segurança pública, do sistema prisional e de cumprimento de medidas socioeducativas, em serviços de segurança particular e privada, em seguros contra furtos e roubos e no sistema de saúde, com o atendimento de vítimas da violência.

A violência afeta também as atividades econômicas, a exemplo de atividades comerciais suspensas ou seriamente prejudicadas pela redução do consumo e pela diminuição da venda de produtos de maior valor, devido ao medo dos consumidores de serem roubados. Outro setor que sofre as consequências dos elevados índices de violência é o turismo. Algumas cidades brasileiras deixam de arrecadar milhões em função da criminalidade.

Sem dúvida, para além dos custos econômicos, a maior de todas as perdas é a de vidas humanas. Mas, mesmo nesse aspecto, há um custo econômico, uma vez que o Estado e as famílias investiram recursos nessas vidas em saúde, educação, lazer, alimentação etc.

Como a maior parte das vítimas de homicídios é de pessoas jovens, há, ainda, uma grandiosa perda futura de geração de riqueza para o Estado e a sociedade. São pessoas que poderiam viver por muitas décadas, produzindo, consumindo e pagando impostos que reverteriam em benefício da sociedade.

Causas da violência

De acordo com vários estudos e publicações, podemos sintetizar como causas da violência e da criminalidade:

- Urbanização acelerada e inchaço das periferias: Até a metade da década de 1950, o Brasil era um país majoritariamente rural. A partir dessa data passou por um processo de urbanização acelerada, que teve como causas um rápido processo de industrialização e o êxodo rural.

As cidades não tiveram tempo, nem condições, de se adaptarem, o que ocasionou o surgimento de grandes problemas urbanos. Os migrantes do campo foram residir na periferia e na periferia da periferia das cidades. Nesses lugares faltava quase tudo, infraestrutura, saneamento, áreas verdes e de lazer, saúde, educação,


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso




transporte de qualidade e moradia. Soma-se a isso tudo a carência de emprego e temos um ambiente propício para a explosão da violência e da criminalidade.

- Deficiência do Estado (poder público) no provimento de direitos: A população de menor renda é a que mais necessita de serviços públicos de qualidade, como forma de garantia de direitos constitucionais sociais, individuais e coletivos. O atendimento efetivo a esses direitos possibilitaria uma educação pública de qualidade, saúde de qualidade, lazer, segurança, moradia etc. proporcionando um melhor desenvolvimento socioeconômico e reduzindo, dessa forma, a vulnerabilidade de pessoas de caírem na criminalidade ou de serem vitimadas por ela.

- Exclusão social e desigualdade social: As altas aspirações de consumo de bens e serviços (de tênis de grife a eletrônicos, por exemplo) somam-se à frustração com base na relativa falta de mobilidade social (avanço em qualidade de vida econômica e social), gerando assaltos, roubos e furtos.

- Ação dos traficantes de drogas ilícitas: O narcotráfico contribui significativamente para o aumento da violência e da sensação de insegurança nas cidades brasileiras.

Propostas de soluções para a redução da violência e da criminalidade

Várias são as propostas nesse campo. No entanto, estudiosos do tema, instituições acadêmicas, governamentais e da sociedade afirmam amplamente que o caminho mais efetivo para a redução da violência é o **investimento em políticas públicas preventivas de cidadania e de segurança pública**. É o investimento em educação universal de qualidade, em saúde, em moradia, em geração de trabalho e renda, em lazer, em cultura, em transporte de qualidade, em infraestrutura urbana, entre outras.

Outras propostas são: a **redução das desigualdades sociais** e a **disseminação de uma cultura de paz**, por meio do diálogo, da solidariedade, da tolerância e do respeito às diferenças.

No campo das proposições ainda temos a **reforma do sistema policial e prisional brasileiro**, uma **melhor estrutura, aparelhamento, treinamento e remuneração dos policiais**, a **diminuição da impunidade** (a alta impunidade é um estímulo para as práticas criminosas), a **melhoria substancial da atividade de inteligência policial**, um **maior controle de fronteiras** (por onde entram armas, drogas, contrabando, etc.) e uma **maior coordenação dos entes federados na área da segurança pública**.

Como o tráfico de drogas é um fator significativo na geração de violência no Brasil e considerando que a política de "guerra às drogas" não diminuiu o consumo e a crescente violência associada a ela, alguns segmentos defendem a **liberação do consumo de drogas**. Esses segmentos argumentam que isso enfraqueceria o poder econômico do tráfico de drogas, diminuiria a violência e liberaria mais recursos para a aplicação em outras áreas da segurança pública e da cidadania.


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso




Violência policial e morte de policiais

A letalidade da polícia brasileira é alvo constante de críticas de entidades de defesa de direitos humanos. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, **6.430 pessoas morreram vítimas de policiais em 2022, o que corresponde a 17 pessoas por dia**.

Esses números **são considerados altíssimos nas comparações internacionais**, evidenciando o uso abusivo da força letal como resposta pública ao crime e à violência. Para efeito de comparação, a média da polícia norte-americana é de pouco mais de 1 pessoa morta por dia.

Se, por um lado, o grau de letalidade da polícia brasileira é alto, por outro, os policiais também são vítimas desse mesmo sistema. Morrem muitos policiais no Brasil vitimados por assassinatos, em serviço, e fora de serviço. Na verdade, **morrem mais policiais fora de serviço do que em serviço**.

Em 2022, foram 161 policiais assassinados. Em países desenvolvidos, dificilmente mais do que uma dezena de policiais perdem a vida por ano em decorrência de sua profissão.

Em serviço, as mortes de policiais ocorrem quando são vítimas de crime, tendo ou não reagido, ou ao intervir em uma ocorrência em andamento, sem apoio ou aparato de proteção. Fora de serviço, não obstante estarem armados, se encontram sozinhos e distraídos.

Devido à baixa remuneração, muitos policiais prestam serviço por conta própria, fazendo "bicos" para aumentar a renda. Essa é uma das situações em que muitos deles perdem a vida, quando estão sem o apoio de colegas.

Violência contra a mulher

Na análise da violência contra as mulheres, o cenário brasileiro é um dos piores do mundo. Segundo dados da ONU, de 2015, o Brasil ocupa a 5ª posição no ranking mundial de proporção de assassinatos de mulheres.

Quando entramos nesse tema, devemos possuir bem definido o conceito de **feminicídio**, que tem ganhado bastante destaque na atualidade e aparecido em provas. O feminicídio é o homicídio praticado contra vítima mulher por motivações baseadas em violência doméstica e/ou intrafamiliar, ou em caso de menosprezo ou discriminação pela condição de mulher. Cabe destacar **que nem todos os assassinatos de mulheres são feminicídios.**

De acordo com o 17° Anuário Brasileiro de Segurança Pública, foram registrados **1.437 feminicídios em 2022**, o que representa um aumento de 6,1% em relação a 2021. Sobre o perfil das vítimas desse crime, constata-se que são predominantemente negras e possuem de 18 a 44 anos. A maior parte das vítimas foi morta pelo próprio parceiro íntimo, ex-parceiro ou por familiar.


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso






Fonte: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf

De acordo com Matias (2016), *"os assassinatos de mulheres têm duas características que o distinguem dos homicídios masculinos: os meios utilizados e o local onde acontecem. O uso de força física e de objetos cortantes e penetrantes indica motivos passionais. E o fato de boa parte dos crimes ocorrerem na residência mostra o caráter doméstico desses homicídios"*.

Violência sexual

A violência sexual pode ser definida como qualquer ato sexual ou tentativa de obter ato sexual, sem o consentimento da vítima. A violência pode ser exercida com uso da força ou ameaça, mas também com chantagem, suborno ou manipulação.

O estupro é uma modalidade da violência sexual e um dos mais brutais atos de violência, humilhação e controle sobre o corpo de outro indivíduo, em sua maioria mulheres. O trauma vivenciado pelas vítimas deixa muitas sequelas na vida e na saúde dos atingidos, resultando em sérios efeitos nas esferas física e/ou mental, no curto e longo prazo.

Em 2022, segundo dados do 17° Anuário Brasileiro de Segurança Pública, **o Brasil registrou o maior número da história de casos de estupros: foram 74.930 vítimas,** um crescimento de 8,2% na comparação com 2021. Segundo o Anuário, são cerca de 36,9 casos de estupro a cada grupo de 100 mil habitantes. O levantamento considera casos de ocorrências que foram informados às autoridades policiais. Como nem todos são registrados, pode haver subnotificação.

A maior parte dos casos são estupros de vulnerável: 61,4% das vítimas que tiveram ocorrência registrada tinham no máximo 13 anos. Segundo o Código Penal, estupro de vulnerável é aquele realizado contra menores de 14 anos ou pessoas com doenças ou deficiência mental que não têm discernimento para a prática do ato e que não podem oferecer resistência.

De acordo com os registros de estupro e estupro de vulnerável do ano de 2022, 88,7% das vítimas eram do sexo feminino, o que evidencia a desigualdade de gênero como uma das raízes da violência sexual. Também é maior a proporção de vítimas negras sobre as demais.


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso




Diferentemente do previsto no imaginário social da população, a violência sexual no Brasil é, na maioria das vezes, um crime perpetrado por algum conhecido da vítima, parente, colega ou mesmo o parceiro íntimo. **Grande parte dos casos registrados são de autoria de um conhecido, considerando os registros em que esta informação estava disponível.** O fato de o autor ser conhecido da vítima dá uma camada a mais de violência e de complexidade ao crime cometido: a denúncia se torna um desafio ainda maior para as vítimas. Além disso, a maior parcela também é realizada na residência da vítima.

O infográfico a seguir apresenta esses dados:



Fonte: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf

Cultura do estupro

O termo "cultura do estupro" expressa o modo como a sociedade naturaliza o comportamento sexual violento dos homens e culpa as vítimas de assédio. Culturalmente culpa-se a vítima da violência por ter usado uma roupa curta, por não ter reagido ou simplesmente por ser atraente demais. Pesquisa produzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2016 mostrou que 43% dos brasileiros do sexo masculino com 16 anos ou mais acreditavam que "mulheres que não se dão ao respeito são estupradas". Esse pensamento arraigado estimula a impunidade de estupradores, como também inibe que mulheres denunciem as violências sofridas. Por outro lado, muitas mulheres ainda não têm consciência do ato que sofreram, vivenciando a agressão como algo natural.

Machismo e sociedade patriarcal

Uma das raízes da tolerância a violência contra a mulher está no **ordenamento patriarcal da sociedade** – a organização da família em torno da figura do homem e da autoridade masculina. O homem é considerado o chefe da família e à esposa cabe "se dar ao respeito" e se comportar segundo o papel que foi determinado


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso


APONTE SUA CAMERA

a ela – o de dona de casa, esposa e mãe. Para validar essa autoridade e corrigir comportamentos femininos que transgridem o esperado, o uso da violência – física ou psicológica – é uma possibilidade sempre sugerida ou exercida por esse chefe patriarcal. Essa visão da superioridade do homem sobre a mulher, por sua vez, constitui a ideia central do pensamento machista, persistente em nossa sociedade.

A **impunidade** é outro fator que explica a persistência da violência de gênero no Brasil. De acordo com o Mapa da Violência 2015 – Homicídios de Mulheres no Brasil, o índice de elucidação dos crimes de homicídio seria apenas de 5% a 8%.

Enfrentamento da violência contra a mulher

O estudo Raio X do Feminicídio preconiza ser possível evitar a morte se a mulher romper o silêncio e se o Estado intervier a tempo. Segundo esse estudo, no estado de São Paulo, entre as mulheres que foram atacadas, apenas 3% tinham medidas protetivas e das 124 mulheres que foram mortas, só cinco haviam registrado boletim de ocorrência. Dessa forma, percebe-se que, quando a vítima e o Estado agem, é possível evitar a morte.

Assim, é fundamental que haja o **encorajamento para que aquelas que já tenham sido vítimas de violência ou estejam na iminência de sê-lo denunciem o agressor**, de modo que o Estado possa tomar medidas destinadas a evitar que a violência e as ameaças, permanentes ou eventuais, redundem em morte. Isso pode acontecer por meio das Defensorias Públicas (algumas possuem núcleos próprios para isso), os Ministérios Públicos estaduais, as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, os Disque-Denúncia e até mesmo pela polícia militar.

Por seu lado, o Estado pode auxiliar utilizando-se das **medidas protetivas no âmbito da Lei Maria da Penha**, que incluem, por exemplo, o afastamento do agressor do lar ou local de convivência com a vítima, a fixação de limite mínimo de distância de que o agressor fica proibido de ultrapassar em relação à vítima, etc.

Outra ação é a **manutenção, a ampliação e o aprimoramento das redes de apoio à mulher**, previstos na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), notadamente, provendo abrigamento em situação de violência, propiciando segurança, alimentação e repouso para as mulheres e seus filhos, bem como assistência jurídica e psicológica.

Sistema prisional brasileiro

O sistema carcerário brasileiro enfrenta, há muito tempo, uma grave crise estrutural, social e econômica. Embora seja um problema reconhecido e reiteradamente noticiado pela mídia, segmentos relevantes da sociedade brasileira e dos governos não dão a devida importância que a problemática deveria merecer.

O Brasil possui uma das maiores populações carcerárias do mundo. Conforme o 17° Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2022, o Brasil possuía **832.295 pessoas encarceradas, a maior população carcerária de sua história.**

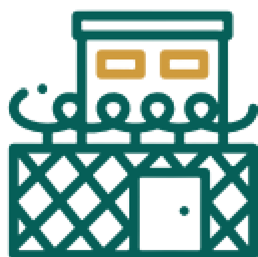

ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso


APONTE SUA CAMERA

O número de presos cresceu significativamente ao longo de mais de duas décadas, aumentando em 257% de 2000 a 2000. Em 2000, havia 232.755 pessoas encarceradas.

Ainda que apresente uma enorme população carcerária, o Brasil ainda possui um grande **déficit de vagas** nos presídios. Segundo o 17° Anuário, há um déficit de 230.578 vagas nos presídios brasileiros. Ou seja, **os presídios estão superlotados**, há mais pessoas presas do que número de vagas.

RAIO-X DO SISTEMA PRISIONAL



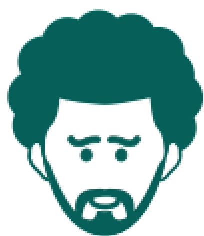
832.295 pessoas encarceradas

Déficit de 230.578 vagas

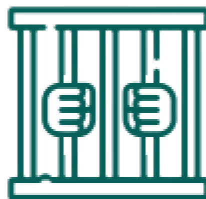
Fonte: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf

Em relação ao perfil, verifica-se que **a maior parte dos presos no Brasil são negros, do sexo masculino e possuem entre 18 a 34 anos**. Embora o 17° Anuário não traga esses dados, outras fontes estatísticas apontam ainda que grande parcela dos encarcerados apresenta baixa escolaridade e baixa renda.

PERFIL DA PESSOA PRIVADA DE LIBERDADE



68,2% negros



62,6% 18 a 34 anos



95% do sexo masculino

Fonte: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf

A Unidade da Federação que possui o maior número de presos é **São Paulo**.

A seguir, destaco mais algumas características gerais do sistema prisional brasileiro:

Educação, trabalho e saúde

O sistema prisional tem uma dupla função: punir e ressocializar. A punição se dá pela privação de liberdade, em função do crime cometido pelo preso. Mas, o castigo da prisão, também, é uma forma de o preso compreender que o crime não compensa e que ao final de sua pena se reintegre a sociedade.

A legislação brasileira garante a educação e trabalho para presos, visando à ressocialização. No entanto, é baixo o percentual dos que participam de atividades educacionais e de trabalho. A saúde dos detentos



ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO

https://t.me/cursosparaconcurso





APONTE SUA CAMERA

também é precária, devido às más condições nos presídios. Muitos são acometidos de graves enfermidades ou vêm a falecer devido às condições insalubres de presídios e do acesso inadequado à saúde.

Segurança e pessoal

De modo geral, os sistemas de segurança nos presídios são falhos. Armas, drogas e telefones celulares entram com frequência no interior dos presídios. O número de policiais penais é insuficiente para exercer o controle interno das prisões.

O excesso de prisões provisórias

Segundo o Ministério da Justiça, cerca de 35% dos detentos são presos em situação provisória (sem julgamento). É um número considerado elevado, acima da média de vários países do mundo. O alto percentual indica a falta de acesso adequado à justiça no Brasil. Muitos poderiam responder ao processo em liberdade, mas não têm recursos para advogados.

Posse ou tráfico de drogas

Quase um terço dos presos cometeram crimes por tráfico ou posse de drogas, e esse número apresentou elevado crescimento nos anos recentes. Em 2006, o país tinha 47 mil presos por tráfico de entorpecentes. Em 2017, a cifra chegou a 157 mil, ou seja, cresceu mais de 300% em onze anos.

De acordo com estudiosos do tema, um dos motivos para esse aumento pode ser encontrado na chamada nova Lei de Drogas, de 2006, que trouxe a distinção entre usuário e traficante. A partir dessa lei, muitas pessoas têm sido presas com pequena quantidade de drogas, baseadas apenas no relato do policial e sem contar com advogado no momento da prisão, situação bastante desfavorável ao acusado. Jovens de baixa escolaridade e socialmente vulneráveis são os mais aprisionados dessa forma.

"Escolas do crime"

Uma das consequências da superlotação carcerária é colocar réus primários convivendo com condenados e detentos de alta periculosidade e também em contato com facções criminosas. A separação entre presos provisórios e condenados (e entre estes a divisão por gravidade do crime) está prevista na Lei de Execução Penal e em tratados de direito internacionais. No entanto, tal orientação não é cumprida em quase todas as prisões brasileiras. Especialistas apontam que o risco é criar as chamadas "escolas do crime".

As condições precárias e desumanas das cadeias brasileiras, a ausência de policiais penais qualificados e de uma política efetiva de ressocialização criam um ambiente fértil para o surgimento das facções criminosas – grupos de presidiários que agem dentro das prisões e arregimentam novos detentos, oferecendo vantagens, mas impondo suas regras e controlando o cotidiano desses espaços.

Como o Estado falha em prover aos presos proteção e condições minimamente dignas de sobrevivência, as facções entram em ação para oferecer segurança para sobreviver no presídio, coibindo a violência entre os presos e até abusos de policiais penais. Em troca, uma vez reinseridos à liberdade, esses ex-detentos devem continuar prestando serviços à organização criminosa, ou seja, cometendo crimes, para levar dinheiro à facção. Ex-detentos, já em liberdade, e outros criminosos articulam-se no crime organizado, principalmente no tráfico de drogas.


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso




Soluções para a crise do sistema prisional

A solução para a crise penitenciária está relacionada à **redução da violência e da criminalidade no Brasil**. Uma sociedade menos violenta e a diminuição dos crimes contribuiria para a redução do número de presos. Outras propostas apresentadas pelos estudiosos do tema para enfrentar a superlotação do sistema prisional são:

Maior adoção de penas alternativas ao encarceramento, nos termos da legislação brasileira, como a prestação pecuniária e a prestação de serviços à comunidade. O aumento da aplicação teria o efeito de evitar que muitos criminosos de baixa periculosidade entrassem em contato com facções criminosas nos presídios.

O fornecimento do **acesso adequado à justiça** contribuiria para agilizar a situação dos presos provisórios, diminuindo o seu número. Muitos poderiam, nos termos da lei, responderem ao processo em liberdade ou terem a sua prisão extinta.

A **promoção de ajustes na Lei de Drogas** (principal fator que contribuiu para aumentar o volume de prisões) com uma definição clara entre usuário e traficante. Outros vão além e defendem a descriminalização das drogas como uma solução para reduzir a superlotação do sistema. "Simplesmente descriminalizando o uso e o consumo você tira 30% das pessoas das cadeias do país", afirma o assessor jurídico da Pastoral Carcerária, Paulo Cesar Malvezzi Filho.

Nesse quesito, é fundamental um sistema que, de fato, **ressocialize o preso**, com políticas humanizadoras e que possibilite a reinserção do ex-detento à vida em sociedade. Uma medida nesse sentido seria o **aumento das opções de trabalho e estudo nos presídios**, de modo a possibilitar ao preso uma perspectiva de futuro fora da criminalidade.



ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO

https://t.me/cursosparaconcurso







Educação Brasileira

A educação de uma sociedade desempenha um papel essencial em sua formação e em seu desenvolvimento socioeconômico, sendo um dos principais setores para a construção de uma nação justa e solidária.

No Brasil, o debate sobre o valor da educação não é novidade e é de amplo conhecimento da população que esse setor apresenta uma série de deficiências e desafios. O tema é muito rico e se relaciona a um rol de questões, mas, neste tópico, vamos apresentar uma contextualização geral sobre o panorama da educação brasileira e alguns tópicos atuais que podem ser cobrados ou que já figuraram em provas.

Diretrizes da educação

A **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)** é a principal legislação que regulamenta a educação no Brasil, de acordo com a Constituição Federal. Com 92 artigos, a lei reforça o direito de todo brasileiro ao acesso gratuito à Educação Fundamental e prevê a gradativa extensão dessa condição ao Ensino Médio. Detalha também o papel da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal com relação à educação, articula as suas ações e determina as obrigações gerais das instituições de ensino, dos professores e dos outros profissionais da área. Define, ainda, os níveis da educação no Brasil, apresenta referenciais curriculares e estabelece a carga horária mínima para cada um, nas diversas modalidades.

A educação escolar compõe-se da Educação Básica e da Educação Superior. A Educação Básica é formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e Ensino Médio.

A LDB também determina a aprovação, pelo Congresso Nacional, de um **Plano Nacional da Educação (PNE)**, com metas a serem alcançadas em um prazo de 10 anos. O PNE cumpre a função de orientar os esforços dos governos federal, estaduais e municipais para a melhoria da educação brasileira.

O órgão responsável pela elaboração e execução do plano é o **Ministério da Educação (MEC),** braço do governo responsável por todo o sistema educacional brasileiro. Desde a Educação Infantil até a Profissional e Tecnológica, a responsabilidade é desse ministério.

O MEC também é responsável por elaborar, a partir da LDB, a **Base Nacional Comum Curricular (BNCC),** um documento que define o conjunto de temas essenciais que todos os alunos devem aprender ao longo da Educação Básica.

Plano Nacional da Educação (PNE)

O Plano Nacional da Educação (PNE), previsto na Constituição Federal, cumpre a função de orientar os esforços dos governos federal, estaduais e municipais para a melhoria na educação brasileira.


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO

https://t.me/cursosparaconcurso





Complementando as orientações e as diretrizes da LDB, o PNE **estabelece metas qualitativas e quantitativas gerais, a serem alcançadas em, no máximo, dez anos**.

O **PNE** em vigor foi instituído em 2014 pela Lei nº 13.005/2014, e tem sua validade para o decênio 2014-2024. Expira, desse modo, em **junho de 2024**, fazendo com que, em breve, o governo federal tenha que enviar ao Congresso um novo projeto de lei com o PNE do próximo decênio.

O PNE institui avaliações a cada dois anos para acompanhamento da implementação das metas. O **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep)** é responsável por publicar os relatórios bianuais de monitoramento das metas.

No último relatório, publicado em 2022 (Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento do PNE), o Inep destacou o grande impacto da pandemia de covid-19 no cumprimento das metas do plano, sobretudo na Educação Infantil. Todavia, mesmo com os desafios impostos pela pandemia à educação, no biênio de 2021-2022, a maior parte dos indicadores obtive resultados superiores aos levantados no biênio anterior.

Próximo do fim, a maioria das metas está longe de sua completude, indicando que, para o próximo decênio, muitas metas poderão ser repetidas.

Avaliação da educação brasileira

O Brasil tem vários instrumentos para avaliar a qualidade do ensino e o rendimento da educação dos estudantes no Brasil, sendo quatro na Educação Básica e três no Ensino Superior. Os resultados de cada indicador servem de fundamento para a definição de políticas públicas, em busca de melhoria da qualidade do ensino.

Pisa

O **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa)** é desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), organização intergovernamental voltada ao desenvolvimento socioeconômico.

O exame ocorre a cada três anos com uma amostra de 600 mil estudantes de 15 anos de 80 países diferentes, e oferece um perfil básico de conhecimentos e habilidades dos estudantes. São avaliados os conhecimentos em leitura, matemática e ciências.

O Brasil sempre está entre os últimos colocados no Pisa. Na última avaliação, realizada em 2018, o país conseguiu avançar alguns pontos, mas ainda segue longe do desempenho dos países desenvolvidos. Nessa prova, o foco foi na categoria de leitura; o Brasil ficou na 54ª colocação, com nota 413. A média da OCDE nesse quesito foi 487. Em matemática, a nota geral brasileira foi de 384, e, em ciências, 404. A média dos países da OCDE em ambas áreas foi de 489.

Ao analisar os resultados das últimas edições do Pisa, verifica-se que o Brasil mantém uma tendência de estagnação. Embora as notas médias tenham variado alguns pontos para cima e para baixo, no decorrer da


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso




última década, essa variação não foi considerada estatisticamente relevante para ser considerada uma evolução de patamar.

Enem

O **Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)** tem como objetivo principal avaliar o desempenho dos estudantes ao término do Ensino Médio. De caráter não obrigatório, o exame é anual e destinado àqueles que estão concluindo ou já concluíram esse nível de ensino.

O Enem é utilizado para avaliar a qualidade geral do Ensino Médio no país, orientando as políticas educacionais do Brasil. Os dados apontados por essas avaliações têm mostrado, por exemplo, a distância entre o sistema público e o particular.

Serve também como acesso ao Ensino Superior em universidades públicas brasileiras, por meio do **Sistema de Seleção Unificada (Sisu)**, ou como critério de seleção para os alunos que pretendem concorrer a uma bolsa no **Programa Universidade Para Todos (Prouni)**. A participação no exame é obrigatória também para ingressar no **Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies)**, que financia a graduação na Educação Superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas.

Saeb e Ideb

O **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb)** é uma avaliação realizada em larga escala no país que busca traçar um diagnóstico da educação brasileira e dos níveis de aprendizagem dos alunos. O Saeb é o principal instrumento para aferir a qualidade da Educação Infantil até o Ensino Médio. São avaliados alunos dos 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio de escolas públicas e privadas.

Os resultados de aprendizagem apurados no Saeb, juntamente com as taxas de aprovação aferidas no Censo Escolar, compõem o **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**, utilizado para monitorar o desempenho das escolas e das redes de ensino. Trata-se de um índice que varia numa escala de 0 a 10 e é divulgado a cada dois anos.

Os dados do Ideb de 2021 mostraram pouca evolução em relação a 2019:

- Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o índice caiu de 5,9, em 2019, para 5,8, em 2021;
- Nos anos finais do Ensino Fundamental, o índice subiu de 4,9, em 2019, para 5,1, em 2021;
- O Ensino Médio permaneceu em 4,2.

Nenhum dos índices alcançou as metas estabelecidas, que eram de 6,0 para os anos iniciais do Ensino Fundamental, 5,5 para os anos finais do Ensino Fundamental e 5,2 para o Ensino Médio.

A estagnação dos índices do Ideb foi atribuída principalmente à pandemia de covid-19, que prejudicou o aprendizado, em especial dos mais pobres, que não possuíam as melhores condições para acompanhar as aulas à distância ou para estudar em casa.

Historicamente, a nota do Ensino Médio costuma ser menor no Ideb, o que reflete taxas maiores de abandono da escola pelos alunos e desempenhos piores nas provas. A pandemia não trouxe boas notícias


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso




nessa frente, uma vez que o Ensino Médio foi uma das etapas mais afetadas na permanência, com a necessidade dos alunos mais velhos de trabalhar em meio à crise econômica.

Desafios da educação brasileira

As análises sobre o sistema de educação brasileira costumam ser feitas por meio da divisão entre **desafios externos e internos**. Os desafios externos são socioeconômicos, ligados, principalmente, à desigualdade de oportunidades de aprendizagem e de acesso ao ambiente escolar. Os desafios internos dizem respeito à estrutura do sistema educacional em si, as esferas, os programas, os agentes e os repasses que ocorrem entre eles.

Entre os **desafios externos**, o principal está relacionado ao baixo nível socioeconômico de boa parte da população, que acaba por prejudicar o acesso ao conhecimento e afeta a chance do aprendizado ser concretizado.

Dentro dessa categoria, são elencados fatores como: a falta de infraestrutura em casa, como luz e internet, para possibilitar o melhor aprendizado; a necessidade de complementar a renda familiar, que faz com que muitos adolescentes e jovens tenham que trabalhar; a distância das escolas, principalmente se consideradas as deficientes condições de mobilidade urbana, entre outros.

Com relação aos **desafios internos**, estão aspectos como a falta de professores, a baixa remuneração e qualificação desses profissionais; a deficiência de infraestrutura nas escolas, muitas vezes sem bibliotecas, quadras esportivas e laboratórios de informáticas adequados; a falta de vagas nas escolas, entre outros.

Nesse aspecto, o investimento de verbas públicas na educação é um dos desafios internos. O país investe, em média, cerca de 6% do PIB no setor educacional (com variações anuais para mais ou para menos), índice acima da média de muitos países desenvolvidos. Porém, quando a analisado o valor investido por aluno, o Brasil investe bem menos do que a média dos países desenvolvidos e da OCDE. Assim, não basta apenas dispor de recursos, mas é preciso qualificar os investimentos em educação e utilizá-los de maneira adequada aos objetivos nacionais.

Além disso, conforme o nível e a modalidade de ensino, verificam-se problemas específicos.

Na **Educação Infantil**, o principal problema apontado é a falta de vagas, além da baixa oferta de creches em período integral, que seriam importantes quando os responsáveis trabalham fora de casa o dia todo.

No **Ensino Fundamental**, a qualidade do ensino é apontada como o principal desafio. O ensino deficiente faz com que boa parte dos estudantes não aprendam o que é considerado adequado para a série em que estão. Nos anos finais do Ensino Fundamental, esse problema se agrava diante da exigência de conteúdos cada vez mais complexos e um número maior de disciplinas.

O **Ensino Médio** é considerado o grande gargalo da educação brasileira – cerca de metade dos alunos que ingressam no Ensino Médio conclui o curso, ou seja, a **evasão** é muito elevada. Buscar formas de se combater essa evasão certamente é uma prioridade quando falamos do Ensino Médio no país. Embora seja controversa


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso




e divida opiniões, a proposta de reforma do Ensino Médio tenta lidar com esse problema, além de outros próprios dessa etapa da educação. Veremos esse tópico na sequência.

O **Ensino Superior** no Brasil também apresenta problemas, mas teve muitos avanços nas duas últimas décadas. A expansão das universidades federais, da oferta de bolsas e financiamentos públicos nas universidades privadas, como o ProUni e o Fies, e da Educação a Distância, permitiram que o número de universitários aumentasse de 4,2 milhões em 2004 para 8,9 milhões em 2021. Paralelamente, cresceu a quantidade de cursos.

Mesmo assim, há obstáculos como a baixa participação de alunos de 18 a 24 anos matriculados na Educação Superior (idade considerada adequada para cursar esse nível de ensino) e as desigualdades socioeconômicas no acesso ao nível superior, isto é, a maior dificuldade de acesso para famílias de baixa renda. Outro grande entrave para a qualidade da Educação Superior é sua porta de entrada, ou seja, o Ensino Médio. Sem resolver os problemas da formação dos alunos nesse nível de ensino, dificilmente haverá uma boa formação superior.

Diante dos diversos desafios, também são diversas as propostas para lidar com o problema da baixa qualidade da educação no país. A busca deve ser não somente por um sistema educacional de melhor qualidade, mas também por uma sociedade que garanta maior inclusão dos estudantes no processo de ensino. Trata-se de um processo que envolve não apenas a esfera educacional, mas diversos outros componentes da sociedade.

Novo Ensino Médio

A Lei nº 13.415/2017, conhecida como **Lei da Reforma do Ensino Médio**, implementou uma série de mudanças no Ensino Médio, como aumento da carga horária obrigatória do ensino médio e flexibilização do currículo, permitindo que estudantes escolham parte do que vão estudar.

Conforme a lei, o currículo do Ensino Médio deve ser 60% preenchido pela BNCC e os 40% restantes serão destinados aos chamados **itinerários formativos**, em que o estudante poderá escolher entre cinco áreas de estudo.

A grade curricular das escolas públicas e privadas de ensino médio não terá mais o formato utilizado até então em que as disciplinas eram individuais, graças à BNCC. Agora, os conteúdos serão divididos em áreas do conhecimento de maneira similar à que acontece no Enem:

- Linguagens e suas tecnologias;
- Matemática e suas tecnologias;
- Ciências da natureza e suas tecnologias
- Ciências humanas e sociais aplicadas; e
- Formação técnica e profissional.


ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso




Os alunos poderão escolher a área na qual vão se aprofundar logo no início do Ensino Médio. As escolas não são obrigadas a oferecer aos alunos todas as cinco áreas, mas deverão oferecer ao menos um dos itinerários formativos.

Essas divisões vão abranger as disciplinas de Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Língua Inglesa, Matemática, Biologia, Física, Química, Filosofia, Geografia, História e Sociologia. Nenhum desses componentes será excluído do currículo atual, mas serão trabalhados de maneira diferente do que se fazia até então.

No entanto, das disciplinas atuais, somente **Língua Portuguesa** e **Matemática** serão obrigatórias nos três anos do Ensino Médio.

O objetivo da nova organização curricular é integrar as disciplinas, fortalecendo as relações entre elas e melhorando seu entendimento e aplicação na vida real.

Além disso, a carga horária anual deverá aumentar. Até 2024, o Novo Ensino Médio passará de 800 para de 1.000 horas anuais, atingindo 3.000 horas ao final dos três anos. Para atingir esse montante, cada ano letivo deve ter 200 dias, com, em média, cinco horas por dia. No modelo antigo, são 4 horas diárias.

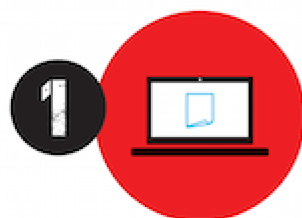

ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO
https://t.me/cursosparaconcurso



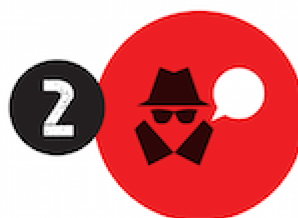

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:

PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



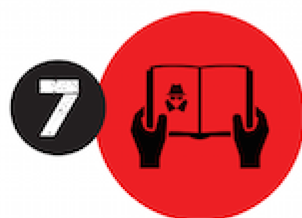
Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



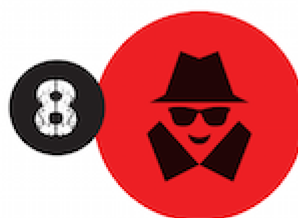
Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



ADQUIRA O CURSOS COMPLETO CLICANDO NO LINK ABAIXO

https://t.me/cursosparaconcurso









O objetivo da "Trilha do Concurseiro" é proporcionar uma preparação acessível e viável para todos os candidatos. Reconhecemos que nem todos têm acesso a plataformas de cursos online, seja devido ao custo ou à falta de equipamentos. Para aqueles que desejarem e tiverem condições de assinar, compartilhamos a seguir os links de algumas plataformas de cursos que usamos como referência:

grancursos
estrategia
wikipedia (ref em pesquisa)

R RESTRICTED
TRILHA DO CONCURSEIRO ®